

Missões culturais brasileiras no Uruguai a construção de um modelo de diplomacia cultural na América Latina

Maria Margarida Cintra Nepomuceno
Prolam-USP
margaridacn@gmail.com

As primeiras experiências de cooperação cultural entre os governos do Brasil e Uruguai iniciaram-se com os intercâmbios entre professores, estudantes e técnicos. Eram, todavia, ações isoladas que beneficiavam segmentos restritos da sociedade. Com a participação do país nas Conferências Pan-americanas, aumentaram-se as possibilidades e a eficiência em torno dessa prática cultural e ampliaram-se as atividades de cooperação cultural do Brasil na América Latina. No ambiente das conferências, uma agenda extremamente diversificada na área cultural aproximou os países em torno de questões que contribuiriam para definir políticas de aproximação e de cooperação entre eles. Foram assinados dezenas de acordos, sugeridas e recomendadas inúmeras atividades pedagógicas e culturais e encaminhadas resoluções para a formação de bibliotecas nacionais e interamericanas, bem como a revisão do ensino da História e da Geografia; a instauração de políticas de proteção e difusão das manifestações culturais dos povos indígenas; a implantação do ensino dos idiomas dos países americanos nas redes públicas de ensino; a criação de cidades universitárias e cátedras de estudos americanos nas universidades nacionais; a edição de livros nos idiomas dos países das Conferências; a criação de institutos de cultura e até mesmo de uma grande universidade interamericana, com sede no Panamá, projetada para que reunisse todos os países em torno de um único projeto educativo.¹

As Conferências Pan-americanas lançaram as bases de uma rede de ações culturais e proporcionaram condições e suportes jurídicos e institucionais, como a instituição da União Pan-americana, para reunir, com certa regularidade, a totalidade dos países da América em torno de interesses e necessidades comuns.

O “americanismo”, expressão que revela um sentido ampliado para visões diferenciadas sobre a América Latina, segundo Villafãne, permeou as relações entre os países, fossem elas inspiradas no monroísmo – reelaborado pelo pan-

americanismo – ou no latino-americanismo, de cunho mais independente, e criou oportunidades de organização conjunta em várias áreas da estrutura organizacional das novas repúblicas. As missões culturais brasileiras, organizadas a partir do governo de Getúlio Vargas, desenvolveram em países da América Latina um conjunto de ações inspiradas nas recomendações das conferências pan-americanas e adequadas às necessidades específicas do novo governo. Eram compostas inicialmente por diplomatas, professores, intelectuais, entre os quais cientistas e escritores que se articularam em torno de institutos culturais para implantar o ensino do idioma português e difundir a cultura e o pensamento da nova elite brasileira. Em alguns países, foram muito além desse programa pedagógico, como no Uruguai, por exemplo, onde, desde agosto de 1940, concentrou-se uma multiplicidade de programas de cooperação cultural em torno do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, de longa duração (até hoje o Instituto se mantém em funcionamento).

As Missões Culturais, embora não tivessem recebido a denominação de um programa cultural específico, inauguraram, no âmbito cultural, um período novo nas relações internacionais do Brasil, especialmente em relação aos países da América Latina. Foram deixados para trás modelos tímidos de cooperação cultural de alcance limitado e implantou-se uma agenda cultural que mobilizou recursos específicos, ações conjuntas entre ministérios (da Educação/Saúde e das Relações Exteriores), além do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda do governo, e, sobretudo, incorporou um contingente considerável de profissionais qualificados, professores, diplomatas, escritores, cientistas e artistas brasileiros que prestaram serviços à Divisão Cultural do Itamaraty.

Foi em meio às mudanças internacionais provocadas pela derrocada das maiores economias mundiais diante da crise de 1929 que o Brasil avançou dentro das possibilidades de negociação de suas demandas internas, rearticulando sua política externa.

Foram registradas reformas importantes no Ministério das Relações Exteriores e definidos alguns expedientes na área de cooperação cultural como estratégia de aproximação na região. Houve três grandes reformas nessa área: a primeira delas, em 1934, sistematizou os intercâmbios e acordos culturais já firmados pelo Brasil e demais países, criou o Serviço de Cooperação Intelectual responsável por formar uma rede de intelectuais e organizações simpatizantes das novas políticas do país e da

cultura brasileira, inclusive fora do Brasil. Por meio da primeira reforma, seria iniciado um intercâmbio de bibliografias literárias e técnicas com outros países para veicular informações sobre aspectos da realidade brasileira.

Desde o início das mudanças ministeriais, os intelectuais surgiram com papéis protagonistas para participarem do que viria a se transformar em um programa cultural internacional permanente. Todas as legações (representações diplomáticas) do Brasil no estrangeiro receberam instruções para desencadear ações culturais sistemáticas. As Missões Culturais Brasileiras Diplomáticas estavam em curso e uma elite de intelectuais, de reconhecida habilidade e competência, foi escolhida preferencialmente para representar o Brasil. Boa parte era de catedráticos renomados e oriundos das universidades brasileiras, sobretudo de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

A reforma de 1937, ocorrida a poucos meses da implantação do Estado Novo, redimensionou essa política cultural internacional, ampliando as ações de cooperação intelectual via intercâmbios, organização de bibliotecas, fundação de institutos culturais, intercâmbios com demais centros culturais dos países etc. A circular n. 1.260, de 11 de novembro de 1937, reestruturou o funcionamento das comissões nacionais de cooperação cultural nos países da América e aperfeiçoou o mapeamento de intelectuais e demais atores com interesse sobre o Brasil no estrangeiro. Os intelectuais foram fichados, bem como foram analisados seus livros e pensamentos. Mas foi a partir da reforma de Osvaldo Aranha, em 1938, com o Serviço de Cooperação Intelectual, depois Divisão de Cooperação Internacional, que as orientações intensificaram uma política mais agressiva de divulgação do país no exterior, de aproximação com as comissões nacionais de cooperação intelectual nos países da América Latina e de confirmação dos convênios culturais já assinados anteriormente. As razões para as reformas no Ministério ficaram evidentes quando Aranha, embaixador do Brasil nos EUA (1934) e depois ministro das Relações Exteriores (1937), conclamou o Brasil a defender de forma enfática seus interesses na esfera internacional, especialmente nos EUA, marcar a sua imagem como um país determinado a executar projetos ambiciosos de desenvolvimento. Precisaria, segundo Aranha, alinhar-se às posições dos EUA, apoiar a sua preeminência em relação a outras potências e obter em troca o reconhecimento da liderança do Brasil na América Latina. Somado a esse motivo, o de tornar-se o interlocutor dos EUA na América

Latina, decisão que implicaria o redirecionamento de sua política de aproximação com os países da região, no plano interno havia uma preocupação de construir uma imagem de governo forte que justificasse todas as medidas autoritárias assumidas pelo Estado em nome do desenvolvimento nacional. Só os discursos de Getúlio não bastavam. Era importante mostrar os resultados da política desenvolvimentista e os avanços obtidos nos vários setores da sociedade.

A partir de 1937, o Estado Novo produziu séries infindáveis de material de propaganda, transformando em doutrina hegemônica o pensamento do presidente da República e de seus ideólogos, em torno da qual se alinharia todo o sistema de reformas do governo. Esse material veiculou em todas as direções, dentro do país, entre os países da região e no mundo. Paralelamente ao esforço de implementar uma política externa com certa independência em relação aos centros econômicos, mantendo a chamada política de equidistância pragmática de que fala Gerson Moura (1980, p. 56), Vargas tenta, por outro lado, firmar-se como liderança política na região, seguindo a proposição formulada por Osvaldo Aranha, em 1938. Não parecia haver contradição entre a orientação de desenvolvimento nacionalista no Brasil e a visão mais internacionalista expressada por Osvaldo Aranha de se fortalecer no continente, reservando para si, além da preeminência política, o papel de grande parceiro comercial dos países vizinhos.

A proximidade com os países da América Latina, entretanto, restringiu-se em grande parte ao campo cultural e político, especialmente, na década de 1930, no combate ao comunismo, e no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil exerceu de fato a liderança, conclamando os países à defesa dos EUA (Discurso de Vargas na III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos em 1942). Apesar de ter fortalecido sua economia interna e externa, do início dos anos de 1930 até bem próximo do conflito mundial, e de ter aumentado o fluxo comercial com os países da América Latina, os maiores importadores do Brasil e os maiores exportadores de mercadorias para o país continuavam a ser os países dos centros econômicos, a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos, com os quais desenvolveu uma política externa repleta de ambiguidades. Na América Latina, Getúlio já vinha mantendo entendimentos com o governo uruguaio desde o golpe de Estado desferido por Gabriel Terra e seus aliados em 1933. Documentos diplomáticos atestam que Terra contou com Getúlio para deter os opositores de seu governo que adentraram o

território brasileiro pela fronteira logo após o golpe. Em contrapartida, o Uruguai ajudou o governo do Brasil a impedir o trânsito entre comunistas brasileiros e uruguaios em 1935 a pedido de Getúlio, num episódio que resultou no rompimento de relações entre Uruguai e Rússia. Em 1937, a polícia política do Uruguai conseguiu desbaratar um núcleo de opositores a Getúlio, liderados por Flores da Cunha, que desde a Argentina e o Paraguai se articulavam no Uruguai para marchar contra o governo de Vargas.

Durante os anos negros da ditadura Terra, muitos uruguaios, entretanto, conseguiram asilo no Brasil, retornando somente alguns anos depois. Caso, por exemplo, de Tomás Berreta, que voltou para o Uruguai somente em 1942, tendo sido eleito presidente em 1947, ou o caso de Luis Batlle Berres, que regressou para ser vice-presidente de Berreta, e o substituiria como o 30º presidente da República do Uruguai, de 1947 a 1951. E outros tantos brasileiros também se exilaram no Uruguai, tais como Jorge Amado (Argentina e Uruguai, de 1941 a 1944), Candido Portinari (Uruguai, 1947 a 1948), Lídia Besouchet (Uruguai, 1938 a 1940; Argentina até 1948) e Newton Freitas (Argentina, 1938 a 1948), entre outros.

A VII Conferência Pan-americana, em 1933, e os acordos bilaterais assinados entre Brasil e Uruguai permitiram uma proximidade maior entre brasileiros e uruguaios. A grande aliança entre Getúlio e Terra se daria em 1934, com a visita de Terra ao Brasil, e em 1935, durante a visita de Getúlio ao Uruguai, quando foram confirmados convênios de múltiplos interesses e ratificados pelos respectivos congressos em 1937. De 1930 até setembro de 1945, um mês antes da saída de Getúlio Vargas do poder, no Brasil, foram assinados entre os dois países 210 decretos-leis, segundo o Guia de Legislação de Musso (1978, p. 122-162, Catálogos de atos legislativos e decretos-leis firmados), que versavam sobre a importação de gado, a exportação de lã, a entrada de estrangeiros, a exportação de ovinos, o ensino do português nas escolas uruguaias, sobre importação de madeiras e outros. Em 1940, novos ventos sopravam no Uruguai. A situação fora invertida. No Brasil, o golpe de 1937 fechara o Congresso e perseguira opositores, e no Uruguai o governo de transição de Alfredo Baldomir assegurava o restabelecimento de garantias mínimas na política do Uruguai. Nesse contexto, foi fundado o ICUB, Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, centrado em um programa pedagógico de ensino do idioma Português e de Estudos Brasileiros que concentrou uma série de iniciativas e

programas culturais com amplo apoio de políticos e intelectuais de segmentos os mais variados na sociedade uruguaia.

Para esse programa, Getúlio designou homens e mulheres ilustres e com competências reconhecidas em suas áreas de atuação, alguns com funções técnicas, outros como emissários do novo governo, anunciando o Novo Brasil. Alguns termos necessitavam de uma explicação sem a qual o governo de Vargas poderia ser mal interpretado: Estado Novo, Novo País, Nova Ordem eram expressões trabalhadas especialmente por intelectuais ligados à chancelaria como sinônimas de desenvolvimentismo nacional, ordem e equilíbrio. A Missão Cultural Brasileira, através do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, desenvolveu um extenso e variado programa pedagógico: promoveu encontros literários e conferências sobre variados assuntos; criou grupos sociais entre alunos e professores de teatro e música; organizou mostras de arte; intensificou os intercâmbios universitários e científicos; habilitou centenas de pessoas ao idioma Português; publicou inúmeros livros; revelou talentos para a música, o teatro, a pintura e a literatura; trabalhou, enfim, com entidades e associações do país, criando parcerias colaborativas formando uma rede de sociabilidade que se expandiu para além dos limites do Instituto.

Em 1943, o governo brasileiro definiu as orientações para o Programa Pedagógico no exterior, impulsionado pela possibilidade de atuar conjuntamente com os países da América Latina no projeto de implantação da Universidade Interamericana no Panamá. Como esse projeto não teve continuidade, por razões já mencionadas, esse programa passou a orientar as atividades culturais do governo no exterior, em especial na América Latina. O projeto pedagógico do Brasil no exterior não compreendia somente o ensino do idioma português e da literatura brasileira, mas também a difusão de conhecimentos que oferecessem uma visão geral sobre o Brasil, como História, Geografia e Estudos Brasileiros.² O Programa Pedagógico especificava o conteúdo das disciplinas e continha recomendações para que os professores brasileiros tivessem a mesma orientação de métodos e objetivos. Isso garantiria a continuidade dos cursos diante de presumíveis mudanças de professores.³

O programa pedagógico teria a finalidade de difundir a cultura brasileira no exterior criando um ambiente de interesse, simpatia e aproximação entre os povos. As disciplinas não ofereceriam os conteúdos tradicionais ministrados nas escolas

brasileiras, mas procurariam transmitir um conteúdo básico para capacitar minimamente os alunos estrangeiros. Seria dada relevância à participação interativa do aluno.

O programa propunha “aulas de debates”, oficinas de criação e, no caso do ensino da língua portuguesa, aulas de conversação com metodologia que facilitasse a orientação dos conteúdos. Na fixação dos aspectos gráficos da língua, deveriam os professores dispensar os modelos prontos e estimular a criatividade. Para as “aulas de debates”, recomendava-se interação absoluta com os discentes de várias formas: troca de informações, apresentação de resumos de trabalhos, comentários de autores brasileiros ou autores dos países do corpo discente, traduções e versões. Recomendava-se ainda a distribuição periódica de exemplares de livros brasileiros em forma de empréstimo ou prêmio, com o compromisso de os discentes opinarem sobre o conteúdo. Nesse item, havia uma tácita recomendação: os livros deveriam ser contemporâneos. E os professores deveriam evitar os autores regionalistas, os “plebeístas” ou equivalentes, por apresentarem especificação verbal pouco usada na língua culta, cujo ensino deveria ser priorizado.

As aulas de História deveriam seguir o programa recomendado sempre que possível, mas os métodos poderiam variar para que a participação discente fosse garantida, bem como o interesse pelo conteúdo disciplinar. O curso de História era denominado “assistemático” e poderia ter como estímulo comentários acerca de fatos e eventos que estivessem ocorrendo na vida cotidiana do país. Quanto aos episódios históricos envolvendo países da América Latina, a recomendação era de que deveriam receber por parte dos professores um tratamento distanciado, sem enaltecimento das diferenças e dos confrontos que por ventura tenham ocorrido. Ao contrário, os professores deveriam seguir como orientação que: “O tratamento histórico em que se interpenetrem dois ou mais países deve ser feito no sentido de aproximação cultural”.

A disciplina de Estudos Brasileiros iria reunir todos os temas que ajudassem os alunos estrangeiros a formarem uma ideia a respeito da sociedade brasileira: seus costumes, sua arte, suas músicas, a economia, as cidades “e suas cores”, a educação, o pensamento jurídico, o ambiente científico, os transportes e as comunicações, entre outros aspectos que eram a somatória dos estudos históricos e geográficos. Todas as disciplinas deveriam ter suporte em uma vasta e “cultura”

bibliografia, ou seja, sem autores “plebeístas” que usassem de linguagem vulgar. As preferências recairiam sobre autores consagrados e reconhecidos como representantes de alta linhagem do país.⁴

Ao ler o programa e debruçarmos sobre a grade de conteúdo, teremos de reconhecer que o método proposto para o trabalho pedagógico dos orientadores era mais avançado que seu conteúdo. Ou seja, havia certo dinamismo metodológico, uma interatividade criativa e recomendações de cumprir o programa dentro das condições reais; mas, em relação aos autores indicados, o Brasil mostrava o peso da tradição culta na Literatura de fins do século XIX. A relação de livros indicados para as disciplinas mencionadas ficava circunscrita a autores como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Tobias Barreto, os parnasianos e os românticos, pouco restando aos chamados contemporâneos, que eram os escritores do modernismo. O que se observa é que a efervescência modernista que tomava conta dos principais centros culturais do Brasil, especialmente de São Paulo, e que havia sido agregada aos projetos de Getúlio Vargas, parece não ter chegado às orientações da Chancelaria Brasileira. Parnasianos, realistas e românticos eram escolas literárias das mais criticadas naquele momento pelos intelectuais modernistas que pensavam em uma produção cultural que valorizasse o espírito pragmático e o progresso. Para os modernistas, essas escolas literárias eram exemplos de ausência de criatividade, pessimismo em relação à nacionalidade, tragédia e morbidez.

Era reservado à Literatura Brasileira, ao lado da História, um lugar de destaque. Ela deveria espelhar o grau de erudição do país. A crítica aos “plebeístas”, de linguagens vulgares e coloquiais, baseava-se na crença dos homens da cultura de décadas anteriores de que a literatura deveria expressar o nível de civilidade e de sobriedade cultural, como se acreditava existir nos centros europeus. A linguagem culta tinha preferência em relação à coloquial, uma vez que comprovaria a preocupação do Brasil em mostrar um capital cultural de alta qualificação. Seriam difundidos como exemplos de intelectuais, literatos e ensaístas Joaquim Nabuco, Mathias Aires, João Francisco Lisboa; os historiadores Francisco Adolfo Varnhagen, Oliveira Lima, Capistrano de Abreu; os críticos literários Silvio Romero e José Veríssimo; além dos consagrados Rui Barbosa, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Castro Alves e os parnasianos (Olavo Bilac, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira); os românticos (José de Alencar e Gonçalves Dias); os simbolistas (Cruz e

Souza, Alphonsus de Guimarães), entre outros. Da recém-fundada escola modernista, os livros em menor quantidade.⁵

A orientação de não acirramento de conflitos entre culturas, no caso específico da disciplina de História, era uma recomendação presente em várias conferências e fazia parte de um projeto de superação de conflitos e de desconhecimento mútuo entre os países, uma nova forma de interpretar a História em benefício de um relacionamento mais tolerante.

As ideias que movem os projetos podem ser como estopins, rápidas, imediatas, mas as mudanças decorrentes desses projetos podem ser lentas e espelhar justamente o contrário do que querem anunciar. A produção regionalista era o que havia de mais novo na nossa Literatura naquele momento, inspiradora como vimos do nosso modernismo, e documentava, através de suas histórias, um atraso em determinadas regiões do país que se queria superar no projeto de modernização da Revolução de 1930.⁶ Daí, talvez, a prioridade em enviar para os centros estrangeiros as chamadas leituras universalistas que não tinham a preocupação de mostrar em suas páginas as características específicas de um desenvolvimento desequilibrado em regiões do Brasil, com enormes bolsões de pobreza.

O ICUB representou um espaço de interação entre as culturas brasileira e uruguaia, que foi extremamente reconhecido pela sociedade uruguaia, comprovado no apoio que recebeu não somente dos homens de governo, mas também de intelectuais e da sociedade, especialmente de Montevideú.

Para Teles Ribeiro, um dos poucos diplomatas que se preocuparam em analisar a importância da dimensão cultural nas relações internacionais, é preciso distinguir as características que, a seu ver, diferenciam as chamadas Relações Culturais Internacionais da Diplomacia Cultural.⁷ Para ele, as relações culturais internacionais teriam o objetivo mais amplo, genérico, de desenvolver ações para a aproximação com os demais países. Ações que poderiam ou não ser espontâneas e provocadas por diferentes agentes sociais. A Diplomacia Cultural, ao contrário, faz parte de uma política de Estado em que as tratativas culturais, normalmente planejadas e decididas ao nível de Estado, são canalizadas para “a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial e econômica”. São iniciativas do Estado diretamente conectadas à estrutura de governo e administradas pelo conjunto de profissionais ligados direta (corpo

diplomático e demais funcionários públicos) ou indiretamente à estrutura administrativa do Estado.

Dentro desses critérios, poderíamos deduzir que as primeiras ações de intercâmbio cultural do Brasil até Vargas eram parte secundária das muitas atribuições desempenhadas pela diplomacia, enquanto ferramenta da política externa brasileira. Seus registros, como atestam os documentos, apontam para fluxos com nenhuma regularidade e decorriam de demandas espontâneas de setores da sociedade, por exemplo, das universidades ou de governos. Como já foi mencionado, o Brasil beneficiou-se muito com o aprendizado e a convivência entre os países durante as Conferências Pan-americanas e soube, como poucos países, sistematizar essas experiências, transformando-as em políticas de Estado. As reformas ministeriais realizadas nessa área, as circulares orientando as ações da chancelaria, as articulações entre os ministérios da Educação e das Relações Exteriores, sobretudo com o Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo, o DIP, além da mobilização permanente de um conjunto de ilustres personalidades do meio cultural do Brasil atuando como representantes do Novo Brasil de Vargas nos levam a concluir que com Getúlio Vargas deu-se a construção de uma diplomacia cultural, de uma política de Estado habilmente pensada, eficiente e atuante, com papel de destaque na agenda das relações exteriores. Essa política cultural conseguiu construir no imaginário da sociedade uruguaia – o que é demonstrado pelos jornais da época – um Brasil grande e poderoso, *el gran hermano del norte*, e reservar para si um lugar privilegiado ao lado de Rio Branco naquele país.

¹ Essa foi uma decisão encaminhada pelos ministros de Educação dos países na Conferência de 1943, mas, por uma série de motivos, foi desmobilizada depois da Segunda Guerra.

² AHI-RJ. Memorando 4.790 de 9.7.1943 de Temístocles Graça Aranha, diretor da Divisão de Cooperação Cultural do MRE, ao ministro das Relações Exteriores.

³ Os professores eram geralmente das universidades brasileiras (Universidade do Brasil, Universidade de São Paulo e Universidade do Paraná) e convidados a desempenhar um trabalho fora do Brasil por cerca de dois anos, ao final dos quais poderiam ser recontratados ou escolher outro país para atuar (Cf. NEPOMUCENO, M. M. C. *Livro Abramo en Paraguay: entretecendo culturas*. Assunção: Ed. Don Bosco, 2012, p. 111-143).

⁴ Os temas estudados iam do descobrimento do Brasil, passando pelos ciclos econômicos desde a Colônia, invasões estrangeiras, movimentos insurgentes pela Independência, primeiro e segundo Reinados, até a República. AHI-RJ. Memorando 4.790.9.7.43. Anexo III.

⁵ Idem. Anexo II.

⁶ Deste grupo, faziam parte escritores que estavam começando, mas já que possuíam livros publicados nas décadas de 1930 e 1940: José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Érico Veríssimo.

⁷ RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural*. Seu papel na política externa brasileira. Brasília: Funag, 2011.